**ANEXO IV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/ 2013**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ........./......, QUE FAZEM ENTRE SI** a União, por meio da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso, **E A EMPRESA ......................................................**

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1205, Bairro Baú, na cidade de Cuiabá /MT, CEP 78.008-902, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0028-56, neste ato representado pelo Senhor **..............................................,** brasileiro, **(estado civil), (profissão),** residente e domiciliado nesta Capital, de acordo com suas atribuições legais ínsitas no art. 35 da Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, publicada no DOU-Seção 1, em 02/01/2012 e, considerando o que determina a Portaria nº xxxxxx/2011-DG/DPF, de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº 08320.007221/2012-40 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ........../2012, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**
   1. O objeto do presente instrumento é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços, de forma indireta e contínua, de recepção e secretariado, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva, no âmbito de atuação da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso, a fim de atender à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Cuiabá/MT e as Delegacias de Polícia Federal em Mato Grosso (Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop), conforme condições, quantidades e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.
   2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo acima, ao Termo de Referência e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
   3. Objeto da contratação:
      1. **De Recepção**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Local de**  **prestação**  **dos serviços** | **Jornada de**  **Trabalho**  **(conforme CCT)** | **(A)**  **Qtd. de**  **postos** | **Valor de Referência** | |
| (B)  Valor Unitário  (Homem-mês) | (C)  Subtotal  C = A x B |
| 01 | Recepcionista  Categ.  Profissional:  CBO: 4221-05 | Cuiabá | 44 horas semanais  CBO 4221-05 | 07 |  |  |
| Barra do Garças | 01 |  |  |
| Cáceres | 01 |  |  |
| Rondonópolis | 01 |  |  |
| Sinop | 02 |  |  |
| **TOTAL MENSAL = ∑(C)** | | | | | |  |
| **TOTAL ANUAL = ∑ (C) x 12 meses** | | | | | |  |

* + 1. **De Secretariado**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Local de**  **prestação**  **dos serviços** | **Jornada de**  **Trabalho**  **(conforme CCT)** | **(A)**  **Qtd. de**  **postos** | **Valor de Referência** | |
| (B)  Valor Unitário  (Homem-mês) | (C)  Subtotal  C = A x B |
| 02 | Secretária  Categ.  Profissional:  CBO: 3515-05 | Cuiabá | 44 horas semanais  CBO 3515-05 | 6 |  |  |
| **TOTAL MENSAL = ∑(C)** | | | | | |  |
| **TOTAL ANUAL = ∑ (C) x 12 meses** | | | | | |  |

1. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**
   1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
   2. O presente contrato será prorrogado, mediante apostilamento, a cada 12(doze) meses, até o limite de 60(sessenta) meses, caso sejam observados os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:

2.2.1 precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública;

2.2.2 os serviços prestados regulamente;

2.2.3 a Contratada não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária, exceto a decorrente do não cumprimento do prazo de entrega da Garantia Contratual;

2.2.4 a Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.2.5 o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração e,

2.2.6 a Contratada manifeste, expressamente, interesse na prorrogação.

1. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**
   1. **O valor mensal da contratação é de R$ ......... (......................), perfazendo o valor anual de R$ .......(.....................);**
   2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, inclusive adicional de periculosidade, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
2. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2013, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: 200374;

Gestão: 01;

Fonte: 10000;

Programa de Trabalho: 06.122.2112.2000.0001;

Elemento de Despesa: 3390.37.01

PI: 702T-13/14

* 1. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

1. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**
   1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados.
      1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
   2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008, dentre os quais destacam-se:
2. comprovante de pagamento da remuneração e das contribuições sociais (FGTS e INSS), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei n.º 9.032, de 28 de abril de 1995;
3. comprovante da Regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;
4. comprovante de cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;
5. ficha de frequência (folha de ponto) dos funcionários;
6. de cópia dos documentos fiscais de aquisição dos materiais e/ou os contratos de locação de equipamentos ou Relatório Gerencial, conforme o caso, relativos aos materiais e/ou equipamentos cujos valores sejam discriminados na nota fiscal para que não integrem a base de cálculo da contribuição previdenciária;
7. comprovante de pagamento do auxílio-alimentação e/ou do vale transporte fornecido aos funcionários da Contratada cujos valores sejam discriminados na nota fiscal para fins de dedução da base de cálculo da contribuição previdenciária e,
8. entre outras que o fiscal entender necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.
   * 1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
     2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.
   1. Será procedida consulta on line junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à(s) Contratada, para verificação da situação das mesmas, relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei n° 8.666/93.
   2. Constatada a situação de irregularidade da Contratada junto ao SICAF será providenciada a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 30 (trinta) dias, regularize o SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato; esse prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração.
   3. Para o primeiro pagamento poderá ser relevada a falta de algum documento necessário ao atesto da Nota Fiscal e solicitado pelo Fiscal, porém, a empresa desde já será considerada notificada para regularização.
   4. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
      1. não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas e,
      2. não cumprir as obrigações determinadas no Contrato ou Legislação pertinente.
   5. O prestador do serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
   6. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada. Cabendo a contratada informar ao Setor Financeiro do Órgão qualquer alteração relativa aos dados bancários.
   7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
   8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
      1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
   9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = (6/100)  365 | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6%. |

* 1. Demais condições constantes no item pagamento do Termo de Referência e do Edital e não transcritas para o Instrumento Contratual.

1. **CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO**
   1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008.
   2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
   3. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
      1. para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato e,
      2. para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
   4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à respectiva repactuação anterior.
   5. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
   6. Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
   7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
      1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra e,
      2. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.
   8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
   9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
   10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
   11. A Contratante não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.
   12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
   13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a Contratada demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:
       1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
       2. as particularidades do contrato em vigência;
       3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
       4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
       5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada e,
       6. a Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.
   14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
       1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
       2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
       3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
   15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
   16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
   17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.
   18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
2. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

7.1. Para a execução das obrigações assumidas, a SR/DPF/MT exigirá da Empresa vencedora, na assinatura do Contrato, a prestação da garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor total, podendo ser utilizada qualquer uma das modalidades prevista no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/1993; observadas as condições previstas no Edital.

7.2. Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito, obrigatoriamente, na Caixa Econômica Federal – CEF, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, sendo esta devolvida, atualizada monetariamente pela CEF, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/93;

7.3. Se a opção de garantia for em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade;

7.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

7.5. O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros;

7.6. O valor da garantia se reverterá em favor do DPF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados;

7.7. Havendo interesse em estender a vigência contratual, a SR/DPF/MT exigirá reforço da garantia.

7.8. A Contratante fica obrigada a recompor o valor inicial da garantia nos seguintes casos:

a) Quando for utilizado para ressarcimento de prejuízos;

b) para cobrir multas e

c) para acréscimos/supressões do valor contratado. (art.65, § 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93)‏.

d) para repactuações

7.9. A garantia solicitada deverá possuir **validade de três meses após o término da vigência contratual** e somente será liberada, ante a comprovação de quitação de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

7.10. Caso não haja comunicação referente à quitação descrita no subitem anterior, até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, o valor da garantia será utilizado pela Contratante para o pagamento das verbas trabalhistas, conforme disposto no inciso XIX do art. 18 da IN Nº02/SLTI/MPOG.

1. **CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**
   1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela Contratada e a fiscalização pela Contratante são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
2. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
   1. As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
3. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, sujeitará a Contratada às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:
   2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
   3. Em caso de inexecução parcial ou total, multa compensatória de até 10% (dez por cento) por ocorrência, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total da contratação.
   4. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.
   5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
   6. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multa em percentual equivalente à multa prevista para inexecução total do contrato e das demais cominações legais.
   7. No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.
   8. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.
   9. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
   10. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela Contratada, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e aceito pela Contratante.
   11. A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, quando:
       1. Deixar de celebrar ou de assinar o contrato ao ser convocado dentro do prazo de validade da proposta.
       2. Deixar de entregar documentação exigida no edital.
       3. Apresentar documentação falsa exigida para o certame.
       4. Fizer declaração falsa.
       5. Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato.
       6. Não mantiver proposta.
       7. Falhar na execução do contrato.
       8. Fraudar a execução do contrato.
       9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
   12. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a Contratada deverá ser descredenciada (a), por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.
   13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
   14. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
       1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
       2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
       3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade; e,
   17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   18. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, em favor da União, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente.
   19. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Justiça.
   20. As demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas da Coordenação de Administração – COAD/DPF.
   21. Além das penalidades acima, será utilizada a forma de glosa, nos moldes do art. 11, § 3º, da IN 02/2008 MPOG, para verificação dos níveis de serviços contratados de Recepcionista e Copeiragem, conforme especificado nas tabelas 1, 2 e 3 abaixo:

**Tabela 1**

|  |  |
| --- | --- |
| **GRAU** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 1 | R$ 100,00 |
| 2 | R$ 300,00 |
| 3 | R$ 500,00 |
| 4 | R$ 700,00 |
| 5 | R$ 1.000,00 |
| 6 | R$ 1.500,00 |

**Tabela 2**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** | **INCIDÊNCIA** |
| 1 | Permitir a presença de empregado sem crachá, conforme objeto do contrato. | 1 | Por empregado e por ocorrência |
| 2 | |  | | --- | | Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; | | 1 | |  | | --- | | Por empregado e por dia | |
| 3 | |  | | --- | | Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; | | 2 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 4 | |  | | --- | | Fornecer informação pérfida de serviço ou fornecimento de material de qualidade inferior ao exigido no Termo de Referência. | | 2 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 5 | |  | | --- | | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; | | 6 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 6 | |  | | --- | | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; | | 3 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 7 | |  | | --- | | Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato; | | 5 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 8 | |  | | --- | | Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; | | 5 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 9 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; | 6 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 10 | |  | | --- | | Retirar dos locais do serviço quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia. | | 4 | |  | | --- | | Por item e por ocorrência | |
| 11 | |  | | --- | | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE; | | 4 | |  | | --- | | Por funcionário e por dia | |

**Para os itens a seguir, deixar de:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 12 | |  | | --- | | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal; | | 1 | |  | | --- | | Por empregado e por dia | |
| 13 | |  | | --- | | Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; | | 1 | |  | | --- | | Por empregado e por dia | |
| 14 | |  | | --- | | Manter a documentação de habilitação atualizada; | | 1 | |  | | --- | | Por item e por ocorrência | |
| 15 | |  | | --- | | Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; | | 1 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 16 | |  | | --- | | Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; | | 1 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 17 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; | 2 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 18 | |  | | --- | | Efetuar a reposição de funcionários faltosos; | | 2 | |  | | --- | | Por ocorrência | |
| 19 | |  | | --- | | Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas. | | 2 | |  | | --- | | Por dia e por ocorrência | |

**Tabela 3**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **GRAU** | **QUANTIDADE DE INFRAÇÕES** | |
| **Inexecução Parcial** | **Inexecução Total** |
| 1 | 7 ou mais | 12 ou mais |
| 2 | 6 ou mais | 11 ou mais |
| 3 | 5 ou mis | 10 ou mais |
| 4 | 4 ou mais | 7 ou mais |
| 5 | 3 ou mais | 5 ou mais |
| 6 | 2 ou mais | 1. ou mais |

* 1. A critério do fiscal do contrato, em conjunto com a autoridade competente, poderá ser revista a pontuação e/ou o valor da glosa conforme o caso.

1. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**
   1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
   2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.
   3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666, de 1993.
2. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**
   1. É vedado à Contratada:
      1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira e,
      2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.
3. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**
   1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
   3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
4. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**
   1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
5. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**
   1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Capital do Estado do Mato Grosso - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Cuiabá - MT, .......... de.......................................... de 2013.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Responsável legal da CONTRATADA